

# **RELATÓRIO DE ACTIVIDADES**

## **E CONTAS**

### **2010**

Lisboa, 27 de Março de 2011

# RELATÓRIO DE ACTIVIDADES

1. INTRODUÇÃO
  - 1.1. Aspectos gerais
  - 1.2. Caracterização técnica, legislativa e regulamentar
2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS
  - 2.1. Comentários a nova Legislação e Regulação
  - 2.2. Relações com o EURELECTRIC
3. EVENTOS
  - 3.1. 4.º Encontro ELECPOR
  - 3.2. Cimeira do Clima, Copenhague (COP 15)
  - 3.3. Convénio ELECPOR-UNESA-UNEI-UFE
  - 3.4. Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. Recursos Hídricos
  - 3.5. Participação em Eventos Externos
4. PROJECTOS
  - 4.1. Plano de Acção Eficiência Energética
  - 4.2. Plataforma Tecnológica “Smart Grids”
  - 4.3. Comité Técnico de Seguimento da Operação do Sistema Eléctrico”
  - 4.4. Fórum Iberoamericano de Energia e Desenvolvimento Sustentável (FIDES)
  - 4.5. Estatísticas do Sector Eléctrico
5. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS
6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS
7. DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO
8. RECURSOS HUMANOS
9. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
10. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS
11. NOTA FINAL

*Anexo I: BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E ANEXO AO BALANÇO E  
Á DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS*

*Anexo II: RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL*

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 Aspectos gerais**

A nível europeu, o ano de 2010 caracterizou-se por alguma recuperação da actividade económica, embora a ritmo moderado e desigual, tanto por sector produtivo como por país. O fortalecimento da economia alemã contrastou com a evolução dos restantes países da União Europeia, designadamente da zona euro, alguns particularmente afectados pela crise da dívida, acompanhada de crescimentos muito mais moderados ou mesmo de entrada em recessão. No campo energético mantiveram-se as preocupações com o cumprimento das metas de emissão de CO<sub>2</sub> a médio prazo (2020), apesar dos resultados negativos da tentativa de acordo global em Copenhague.

Na Comissão Europeia iniciou-se o mandato de um novo colégio de Comissários. Durante 2010, as principais iniciativas da Comissão, tais como a “Energy Strategy 2020” ou o “pacote” sobre Infraestruturas, transmitiram a imagem de uma Comissão disposta a só atacar os problemas reais depois de uma análise adequada das medidas necessárias. A Estratégia 2020 deixa espaço para todas as energias de baixo teor de CO<sub>2</sub> e reconhece que a principal dificuldade na evolução para um sistema energético “limpo”, a custos aceitáveis, estará em definir incentivos adequados e em garantir o financiamento das infraestruturas.

Deve também destacar-se a exigência de apresentação de Planos Nacionais de Acção para as Energias Renováveis, que clarifiquem o modo como os Estados membros se propõem atingir as metas de percentagem de renováveis impostas pela Comissão para 2020. Foi um passo importante, embora a generalidade dos Planos quase não mencione mecanismos de cooperação entre países e dê pouca atenção ao papel das renováveis no aquecimento e arrefecimento. Também não são suficientemente evidenciados os elevados investimentos em redes e a elevada potência de reserva para garantia do equilíbrio produção/consumo, sem os quais os objectivos não serão atingidos.

No âmbito nacional, para além da discussão e seguimento das iniciativas da Comissão Europeia, destaque para o Plano de Acção para as Energias Renováveis, enumerando medidas e quantificando objectivos nacionais e sectoriais, a publicação da Estratégia Nacional para a Energia (ENE 2020), a decisão de pôr fim às tarifas reguladas para todos os consumidores com excepção da Baixa Tensão (BT), a aprovação de medidas de estímulo à mini e microprodução a partir de fontes renováveis (com preços fortemente subsidiados), a série de diplomas relativos à mobilidade eléctrica e ao incentivo à compra de veículos eléctricos, a consideração e remuneração do serviço de interruptibilidade e a definição de uma remuneração para a prestação do serviço de garantia de potência, à semelhança do que já existia em Espanha.

Tendo presentes os contextos europeu e nacional, a ELECPOR procurou contribuir para a discussão dos temas e objectivos acima enunciados, organizando o seu Encontro anual (em parceria com a UNESA) sobre a redução das emissões no sector eléctrico e o papel a desempenhar por produtores, consumidores, mercado e políticas energéticas.

## **1.2 Caracterização técnica, legislativa e regulamentar**

### **1.2.1 Caracterização técnica**

No Continente, em 2010, o consumo de energia eléctrica, referido à emissão, na Rede Eléctrica de Serviço Público atingiu cerca de 52.200 GWh, representando um aumento de 4,7% em relação a 2009 (ou de 3,3% corrigido da temperatura e número de dias úteis). A taxa de crescimento foi bastante superior à do PIB (0,91%) e recuperou da queda verificada em 2009.

A produção das centrais em regime ordinário foi de 32.169 GWh, dos quais 14.869 GWh com origem hídrica e 17.300 GWh com origem térmica, e satisfaz cerca de 62% dos consumos. A produção das centrais do regime especial atingiu 17.924 GWh, contribuindo para cobrir cerca de 34% dos consumos. Desta contribuição metade veio de centrais eólicas. Por último, o saldo importador cifrou-se em 2.623 GWh, ou seja, cerca de 5% do consumo. A potência total instalada no final do ano era de 17.915 MW dos quais 5.930 MW correspondiam a produção em regime especial; destes, 3.705 MW correspondiam a potência eólica. A utilização da potência nos parques eólicos situou-se em 29%.

Na Região Autónoma dos Açores, a produção total nas centrais da EDA atingiu 850 GWh (dos quais 28% de origem renovável) representando um crescimento de 1,03% em relação a 2009. A potência total instalada no final do ano era de 263 MW, sendo 221 MW térmicos e 43 MW renovável (23 MW geotérmicos).

Na Região Autónoma da Madeira, a produção nas centrais da EEM (conjunto Madeira e Porto Santo) foi de 650 GWh, verificando-se ainda uma aquisição a outros produtores de 308 GWh, o que se traduziu numa emissão total para a rede de 946 GWh. O consumo decresceu 1,6% em relação a 2009. A potência total instalada nas centrais da EEM atingia 284 MW no final do ano, a que se devem adicionar 90 MW instalados em entidades privadas e responsáveis pela energia adquirida pela EEM.

O sistema produtor, em regime ordinário, do Continente viu aumentada a capacidade de produção através da entrada em serviço de 2 grupos de ciclo combinado, a gás, no Pego (Abrantes) com uma potência total de 837 MW. Em contrapartida, foram desclassificados 56 MW a fuel. No regime especial entraram em serviço numerosas instalações novas, com destaque especial para 348 MW em parques eólicos.

### **1.2.2 Legislação e Regulamentação. Sector eléctrico**

No quadro da organização e funcionamento do sector eléctrico destaca-se a publicação do Decreto-Lei n.º 104/2010 que estabelece a extinção das tarifas de venda a clientes finais em Muito Alta Tensão (MAT), Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) a partir de 1 de Janeiro de 2011, mantendo-se um regime transitório, com uma tarifa especial, até 31 de Dezembro de 2011, e determinando alteração de funções do Comercializador de Último Recurso (CUR). Na base da extinção das tarifas está o desenvolvimento do mercado eléctrico registado nos últimos anos e a necessidade de satisfazer as exigências da Directiva n.º 2003/54/CE.

Outro diploma importante foi a Portaria n.º 765/2010 que estabelece o regime de serviços de garantia de potência prestados ao Sistema Eléctrico pelas centrais em regime ordinário, especificando os termos e condições dessa prestação e o regime de remuneração. O diploma reconhece duas modalidades de garantia de potência: 1) Serviço de disponibilidade e 2) Incentivo ao investimento. Vários aspectos específicos são remetidos para diplomas a publicar posteriormente.

Através do Decreto-Lei n.º 110/2010 é extinto o mecanismo da conta de correcção de hidraulicidade, introduzido em 1991, criando-se um regime transitório de substituição que vigorará até à extinção definitiva, em 2016, do mecanismo original, sendo também estabelecidas as regras e critérios desse regime transitório.

No aspecto regulamentar há a destacar a publicação de:

- a) Portaria n.º 596/2010, que aprova novos Regulamentos da Rede de Transporte e da Rede de Distribuição, justificados pelas alterações verificadas no sistema eléctrico, tais como o aumento da produção de origem renovável, as dificuldades adicionais de exploração por aumento do trânsito de energia reactiva e as perturbações resultantes da saída intempestiva de elevada potência renovável, em particular de produção eólica.
- b) Despacho ERSE n.º 14430/2010, que altera o modelo de regulação das actividades da Rede Nacional de Transporte (RNT), quer relativamente aos custos de exploração, quer em relação aos investimentos os quais passam a ser valorizados a custos de referência.
- c) Despachos ERSE n.º 18898/2010 e n.º 18899/2010, que procedem à revisão do Regulamento de Operação das Redes e do Regulamento das Relações Comerciais.
- d) Decreto-Lei n.º 39/2010, relativo à mobilidade eléctrica, estabelecendo a respectiva organização, acesso e exercício das actividades correspondentes, o regime jurídico aplicável ao lançamento de uma rede piloto e a criação de incentivos à utilização de veículos eléctricos. Posteriormente, várias Portarias vieram especificar os requisitos técnicos e financeiros, as condições de concessão de incentivos financeiros à aquisição de veículos eléctricos e as condições para atribuição de licenças de operação dos pontos de carregamento.

### **1.2.3 Energia e Ambiente**

No quadro mais genérico das questões energéticas e ambientais salienta-se a publicação de:

- a) Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2010, que aprova a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, criando simultaneamente o painel científico e os grupos de coordenação e de trabalho sectoriais da Estratégia.
- b) Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010, que aprova a Estratégia Nacional para a Energia com o horizonte 2020 (ENE 2020), assente em cinco eixos principais de intervenção: 1) Agenda para a competitividade, crescimento e independência

energética e financeira; 2) Aposta nas energias renováveis; 3) Promoção da eficiência energética; 4) Garantia da segurança de abastecimento; 5) Sustentabilidade económica e ambiental.

- c) Transposição para a ordem jurídica interna de: 1) Directiva 2008/105/CE, relativa a normas de qualidade ambiental no domínio da política da água; 2) Directiva 2009/33/CE, relativa à promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes e 3) Directiva 2009/28/CE, relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis. Neste último caso, através do Decreto-Lei n.º 141/2010, foram também definidas metas nacionais de utilização de energia renovável no consumo final de energia.

#### **1.2.4 Consultas públicas**

Durante 2010, a ERSE submeteu a consulta pública a revisão do Regulamento de Operação das Redes (ROR), eliminando a obrigação de individualizar as funções de Gestor de Sistema e de Acerto de Contas, no âmbito da Gestão Global do Sistema exercida pelo operador da rede de transporte. Além das referidas alterações, a REN aproveitou a oportunidade para propor melhorias do articulado do Regulamento noutras matérias.

Em Junho, a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) colocou em consulta pública o Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis (PNAER), o qual estabelece medidas e objectivos ambiciosos para 2020, repartidos por tecnologia.

Também o CEER (Council of European Energy Regulators) promoveu no início de 2010 duas consultas públicas, uma sobre *smart grids* e outra sobre integração de fontes de geração eólica.

## **2. ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS**

No ano de 2010 a ELECPOR manteve-se como instrumento de reflexão e apoio às empresas do sector, destacando-se a intervenção no processo de revisão do Regulamento de Operação das Redes, uma representação activa em quase todas as Comissões, Grupos de Trabalho e Task Forces do EURELECTRIC, funcionando como interface entre esta organização e os Associados, a promoção de eventos públicos visando a discussão de assuntos de interesse comum dos Associados, e a disponibilização, no seu website, dos documentos mais importantes emanados do EURELECTRIC, da Administração Pública nacional e da Comissão Europeia.

Em 27 de Maio, uma delegação da ELECPOR constituída pelo Presidente e Vice Presidente do Conselho Directivo, respectivamente, Dr. João Manso Neto e Eng. Paulo Almirante, e pelo Director Geral, Eng. João Nascimento Baptista, foi recebida pelo Secretário de Estado da Energia, Prof. Dr. Carlos Zorrinho, a quem teve ocasião de apresentar alguns dos principais problemas do sector eléctrico nacional, designadamente: 1) Legislação e Política Regulatória; 2) Redes inteligentes: Financiamento e regulação; 3) Mobilidade eléctrica: situação particular dos Açores e Madeira; 4) MIBEL e liberalização do mercado; 5) Representatividade e audição da ELECPOR.

Houve boa receptividade da parte do Secretário de Estado, que se mostrou sensível às preocupações apresentadas, nomeadamente quanto à disparidade de situações entre Portugal e Espanha relativamente à remuneração da garantia de potência e à necessidade de definição das condições de remuneração dos investimentos nas redes inteligentes (designadamente contadores) de modo a garantir a extensão do sistema a todos os consumidores. Na mesma reunião foi anunciada a extinção das tarifas para os clientes de MAT, AT, MT e BTE, o que se veio a concretizar em 29 de Setembro, através do Decreto-Lei n.º 104/2010. A remuneração da garantia de potência veio a ficar consignada, embora de forma incompleta, em 20 de Agosto, pela Portaria n.º 765/2010.

## **2.1 Comentários a nova Legislação e Regulamentação**

A ELECPOR participou na apreciação de alguns diplomas sobre o sector eléctrico, tendo ocasião de:

- Analisar as propostas de alteração do Regulamento de Operação das Redes, no quadro da consulta pública da ERSE.
- Intervir na discussão promovida pela DGEG sobre o Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis (PNAER), enviando, em articulação com a EDP, comentários sobre a necessidade de uma monitorização contínua da capacidade de execução dos projectos, de acompanhamento da evolução da procura e de flexibilidade na escolha das tecnologias.
- Transmitir ao EURELECTRIC comentários às consultas do CEER sobre *smart grids* e integração de produção eólica.

## **2.2 Relações com o EURELECTRIC**

### **2.2.1 Representação de Portugal**

O Presidente do Conselho Directivo e o Director Geral mantiveram-se como representantes efectivo e substituto de Portugal no Conselho de Administração do EURELECTRIC. Os mandatos, iniciados em Junho de 2008, têm a duração de 3 anos.

### **2.2.2 Comités de Estudo, Grupos de Trabalho e Projectos especiais**

A ELECPOR, como representante de Portugal no EURELECTRIC, manteve o seu envolvimento nas actividades das 5 Comissões de Estudo e dos diversos Grupos de Trabalho e “Task Forces” dessa organização.

Ao longo do ano foi pontualmente revista a participação portuguesa nas Comissões de Estudo e Grupos de Trabalho, procedendo-se a alterações que resultaram, sobretudo, de movimentações internas na EDP. Manteve-se o princípio da representação portuguesa na quase totalidade dos Grupos. Ao todo, estiveram envolvidos nas actividades do EURELECTRIC cerca de 50 Dirigentes e Técnicos pertencentes aos diversos Associados da ELECPOR.

### **2.2.3 Convenção Anual**

A Conferência e Convenção anuais do EURELECTRIC tiveram lugar em Dublin, a 14 e 15 de Junho, subordinadas ao tema “*New Energy World*”, com a presença de mais de 500 delegados. A Conferência foi organizada pelo Electricity Supply Board (ESB) e pela Associação Nacional de Electricidade (NEA) da Irlanda e focou os desafios mais urgentes do sector eléctrico no horizonte 2020-2050. As intervenções e conclusões, disponíveis no “site” do EURELECTRIC, repartiram-se por três tópicos: o paradigma da energia “limpa”, mercados grossistas e retalhistas e energias renováveis. A Conferência concluiu com um “Forum Executivo”, com intervenção dos presidentes de algumas das principais empresas eléctricas europeias, que debateu a actual situação do “negócio” eléctrico relativamente à redução do CO<sub>2</sub>, à segurança de abastecimento e à liberalização.

Na mesma data e local, realizou-se a Assembleia Geral anual do EURELECTRIC. Na Assembleia Geral e na Conferência a ELECPOR esteve representada pelo seu Director Geral.

### **2.2.4 Reorganização interna**

Na reunião do Board de Dublin, foi eleito, nos termos estatutários e pela primeira vez, um 2.º Vice Presidente do EURELECTRIC, tendo a escolha recaído em Johannes Teyszen, CEO da empresa alemã E.ON. Continuaram o seus mandatos o Presidente, Lars Josefsson, CEO da Vatenfall (Suécia) e o 1.º Vice Presidente, Fulvio Conti, Presidente e CEO da ENEL e da Endesa.

### **2.2.5 Estudo “Power Choices” 2050**

Na Convenção de Dublin foi formalmente apresentada a versão final do estudo do EURELECTRIC “*Power Choices. 2050*”. Os comentários dos participantes incidiram especialmente sobre: a) hipóteses muito optimistas quanto à acção dos consumidores no domínio da eficiência energética; b) subida do preço da energia eléctrica, da ordem de 40%, entre 2010 e 2020, em qualquer cenário; c) baixo peso relativo dos investimentos no sector eléctrico (da ordem de 23%) face aos investimentos nos restantes sectores, necessários para garantir o cumprimento das metas de redução de emissões. Este último aspecto mostra a importância de não concentrar exageradamente as atenções nas medidas a tomar pelo sector eléctrico. Está prevista uma análise mais cuidada das hipóteses e implicações económicas dos cenários, temporariamente suspensa devido aos custos envolvidos.

### **2.2.6 Associação de Operadores de Redes de Distribuição (DSO)**

No início de 2010 foi criada uma Associação de Operadores de Redes de Distribuição (DSO), integrada por 11 grandes Distribuidores europeus, focada nas “*Smart Grids*” e vocacionada para a candidatura a fundos comunitários. O EURELECTRIC, por sua vez, oficializou a criação, dentro da sua estrutura, de um Conselho consultivo, representativo dos DSO e ligado à Comissão de Redes. Procurou-se deste modo permitir maior visibilidade aos DSO mantendo o poder final de decisão e representação externa no “Board” do



EURELECTRIC. A posição de alguns países e empresas evoluiu ao longo do processo, que decorreu durante todo o ano de 2010.

### **2.2.7 Reunião de CEOs com o Comissário da Energia**

O Comissário europeu para a Energia reuniu-se em Bruxelas, a 18 de Novembro, com os CEO (*Chief Executive Officers*) de várias grandes empresas eléctricas europeias. A EDP esteve representada pelo Dr. Manso Neto, Presidente do Conselho Directivo da ELECPOR. Espera-se que as conclusões da reunião venham a influenciar as posições e prioridades do EURELECTRIC, de modo a dar maior importância ao impacto e enquadramento das renováveis e à necessidade de remuneração da capacidade de *back-up*, para além da integração dos mercados regionais e da harmonização regulatória.

No âmbito do EURELECTRIC verifica-se um predomínio das posições e abordagens defendidas pelos países nórdicos, frequentemente distintas das dos países da Europa do Sul (incluindo a França), bem como a adopção de documentos e posições, divulgadas no exterior, sem adequada discussão prévia nas Comissões ou no próprio *Board*, reflectindo uma falta de transparência de processos.

## **3. EVENTOS**

### **3.1 4º Encontro ELECPOR**

Na linha do iniciado em 2007 e concretizando uma das disposições do convénio ELECPOR-UNESA, a ELECPOR, com a colaboração da UNESA, organizou em Lisboa uma nova Conferência conjunta, dirigida a representantes de um amplo espectro de sectores, designadamente industriais, financeiros, académicos, administração pública, autarquias, sindicatos e comunicação social. Procurou-se debater temas actuais e de interesse comum para os sectores eléctricos de Portugal e Espanha e conferir visibilidade à ELECPOR junto das entidades governamentais, dos meios de comunicação e do público em geral. A Conferência, repartida por 4 sessões, realizou-se a 4 de Novembro, no Hotel Tiara Park Atlantic, tendo contado com a presença de cerca de 200 participantes.

Pela primeira vez registou-se a participação das Associações italiana e francesa, respectivamente Unione dell'Electricità Italiana (UNEI) e UFE (Union Française de l'Electricité), representadas pelos seus presidentes, Enzo Gatta e Robert Durdilly, que intervieram na sessão de abertura. Na mesma sessão foi assinado pela UFE o convénio de colaboração existente entre a ELECPOR, UNESA e UNEI. O convénio consagra um quadro de referência para troca de informações e experiências e para colaboração numa série de temas relevantes para as empresas eléctricas dos quatro países.

A Conferência teve como tema "*O Sector Eléctrico e as Opções para a Redução de Emissões. Produtores e Consumidores. Mercados e Políticas Energéticas*". A sessão inicial, presidida por Enzo Gatta, Presidente da UNEI, contou com uma intervenção de Giuseppe Montesano, Vice Presidente da Comissão de Ambiente do EURELECTRIC, que apresentou o estudo "*Power Choices 2050. Pathways to Carbon Neutral Electricity*", realizado para o

EURELECTRIC por consultores externos. A apresentação suscitou um debate animado com a assistência.

As sessão seguinte teve como tema “*Integração dos Mercados Energéticos e Tecnologias de produção*” e foi presidida por Alejo Vidal-Quadras, Vice Presidente do Parlamento Europeu. As intervenções estiveram a cargo de Gerardo Hermo (UNESA) e Pedro Larrea (PwC), por parte de Espanha, e de Pedro Neves Ferreira (EDP), por Portugal.

Da parte da tarde, a primeira sessão teve por tema “*Políticas de Eficiência Energética: Condições Tecnológicas, Económicas e Sociais para o seu Êxito*” e foi presidida pelo Director Geral da ELECPOR, João Nascimento Baptista. As intervenções estiveram a cargo de Álvaro Martins (ISEG) e João Torres (EDP Distribuição), por Portugal, e de Andrés Seco (KEMA), por Espanha.

A Conferência terminou com uma mesa-redonda, moderada por João Confraria (Professor da Universidade Católica), em que participaram João Manso Neto (EDP), Nuno Ribeiro da Silva (Endesa Portugal), Luís Filipe Pereira (EFACEC), Antonio Garamendi (CEOE, Espanha) e Alberto Pototschnig (Director Executivo da Agência Europeia para a Cooperação dos Reguladores). Os participantes da mesa redonda retomaram alguns dos temas abordados nas sessões anteriores, respondendo a interpelações directas feitas pelo moderador.

Tal como sucedera na Conferência de 2008, também organizada em Lisboa pela ELECPOR, antes de cada sessão e da mesa redonda realizou-se uma votação electrónica, na base de várias perguntas de resposta múltipla relacionadas com o tema que se ia debater. Este mecanismo teve forte adesão dos participantes e contribuiu para aumentar o interesse de todo o evento.

Na documentação fornecida aos participantes incluiu-se um exemplar do Sumário do estudo “*Power Choices 2050*”, objecto da intervenção inicial.

A iniciativa teve cobertura da comunicação social e suscitou comentários muito elogiosos da parte dos participantes. As comunicações ficaram disponíveis no website da ELECPOR e foram enviadas em CD a todos os participantes.

### **3.2 Cimeira do Clima, Copenhague (COP-15)**

Na sequência da “Cimeira do Clima” (COP 15) realizada em Copenhague em Dezembro de 2009, a Dr.<sup>a</sup> Madalena Lucas, que participou na Conferência em nome da ELECPOR, e o Eng. João Gonçalves, representante da EDP, efectuaram, perante o Conselho Directivo da ELECPOR, duas apresentações sobre os temas, debates e conclusões da Conferência. As apresentações realçaram a distância entre os objectivos pretendidos e os resultados alcançados, referindo o papel secundário da UE que acabou por não participar na redacção do Acordo final de princípios, de carácter voluntário, ao contrário do carácter vinculativo inicialmente pretendido. Foi feito um enquadramento histórico do problema, analisadas as principais divergências manifestadas em Copenhague e as suas causas, e apontados os caminhos possíveis das negociações a efectuar durante 2010. Os objectivos

para Portugal não se alteraram, uma vez que a UE mantém os objectivos globais de redução para 2020, embora alguns países pretendam elevá-los para 30%.

Das apresentações ressaltou a postura da UE e o papel da Comissão, a influência e posições dos EUA e da China, a importância das decisões de economias emergentes como o Brasil, a Índia e a África do Sul, a eventual revisão da imagem e organização da própria Convenção e a importância das negociações que decorreram à margem da Cimeira e que alteraram e condicionaram o resultado final.

### **3.3 Convénio ELECPOR-UNESA-UNEI-UFE**

No âmbito do convénio de cooperação tripartido ELECPOR-UNESA-UNEI realizaram-se reuniões de consulta e coordenação das três Associações em Lisboa, a 9 de Fevereiro, e em Roma, a 24 de Maio. Após a adesão da UFE, no início de Novembro, realizou-se uma reunião das quatro Associações, em Paris, a 23 de Novembro.

Houve acordo na análise efectuada sobre as relações EURELECTRIC-DSOs, os problemas de integração da energia eólica na rede, a insuficiência dos preços em mercados exclusivamente de energia para estimular investimento em centrais convencionais e remunerar o serviço de disponibilidade e a necessidade de considerar pagamentos por capacidade (garantia de potência), posição com forte oposição no seio do EURELECTRIC.

Em matéria institucional debateram-se propostas de alteração às “Standing Orders” do EURELECTRIC, que clarificassem o processo de candidatura e eleição dos seus corpos directivos, tendo em atenção a eleição de um novo presidente (em 2011) e de um segundo vice-presidente (em Junho de 2010). Definiram-se posições comuns das quatro Associações a incluir na agenda de futuras reuniões do Board do EURELECTRIC.

Nesse contexto foram feitas declarações durante as reuniões do *Board*, enviados documentos ao Presidente e ao Secretário-Geral do EURELECTRIC e feitas propostas escritas de alterações aos Regulamentos. Estas iniciativas motivaram uma reunião em Bruxelas, a 17 de Novembro, das 4 Associações com a Direcção do EURELECTRIC, a solicitação desta, tendo-se acordado em várias propostas de mudança, Contudo, os pontos assentes na reunião de Bruxelas não foram correctamente apresentados pelo Secretário-Geral na reunião do *Board* de 1 de Dezembro, tendo as 4 Associações manifestado a sua discordância durante a reunião e anunciado a intenção de retomar o assunto em 2011.

### **3.4 Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. Recursos Hídricos**

O Instituto Nacional da Água (INAG) convidou a ELECPOR a participar no projecto “*Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. Recursos Hídricos*” (ENAA-RH), destinado a identificar, discutir e propor as medidas de concretização da Estratégia no que toca aos Recursos Hídricos. A ELECPOR aceitou preparar o capítulo relativo ao sector da “Produção de Energia”. A redacção do texto ficou a cargo do Director Geral que, para o efeito, efectuou contactos e recolheu material relevante junto dos Associados. A 11 de Março realizou-se no LNEC uma sessão pública de discussão do

Relatório global, onde o Director Geral apresentou o capítulo relativo à Energia. A versão final do Relatório foi entregue ao INAG em finais de 2010.

### **3.5 Participação em Eventos Externos**

Além da participação na Conferência anual do EURELECTRIC e da intervenção na sessão pública do LNEC, salientam-se outras participações em eventos externos.

#### **3.5.1 Conferência internacional “Aproveitamentos Hidroeléctricos em Portugal. Um novo ciclo”**

Conferência organizada pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) a 4 e 5 de Fevereiro, repartida por 4 temas: 1) A Política Energética e a Hidroelectricidade; 2) Os Novos Aproveitamentos Hidroeléctricos em Portugal; 3) Novos Desenvolvimentos em Grandes Aproveitamentos Hidroeléctricos; 4) Grandes Aproveitamentos Hidroeléctricos em Curso. Participou na Conferência o Director Geral.

#### **3.5.2 CIGRE. Conselho de Administração e Sessão Bienal**

Realizou-se em Paris, entre 22 e 27 de Agosto a Sessão bienal do International Council on Large Electric Systems (CIGRE), onde participaram técnicos de Associados da ELECPOR que integram os vários Comités de Estudo. Esteve igualmente presente o Director Geral da ELECPOR, na qualidade de representante português no Conselho de Administração e na Assembleia Geral, os quais se reuniram durante aquele período. André Merlin (França) foi reeleito para um segundo mandato de 2 anos como Presidente do CIGRE

#### **3.5.3 CIGRE. Comissão Nacional Portuguesa**

Efectuou-se em Dezembro a reunião geral da Comissão Nacional Portuguesa do CIGRE tendo sido eleita para Presidente da Comissão, para o quadriénio 2011-2014, a Eng.<sup>a</sup> Maria José Clara, Directora Geral da REN. De acordo com a nova presidente, o Eng. Nascimento Baptista, Director Geral da ELECPOR, mantém-se como representante nacional no Conselho de Administração do CIGRE, no período 2011-2012.

#### **3.5.4 21.º Congresso do World Energy Council (WEC)**

Realizou-se em Montreal (Canadá), entre 12 e 16 de Setembro, o 21.º Congresso trienal do World Energy Council (WEC). Participou no Congresso, em representação da ELECPOR, o Director Geral.

## **4. PROJECTOS**

### **4.1 Plano de Acção “Eficiência Energética”**

O Director Geral continuou a participar, em representação da ELECPOR, na preparação do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) e, posteriormente, na

discussão e análise dos diplomas que estabelecem o Regulamento de Gestão do referido Plano e o Regulamento do Fundo de Eficiência Energética.

#### **4.2 Plataforma Tecnológica “Smart Grids”**

Com a criação da Associação dos Operadores de Redes de Distribuição (DSOs) foi extinto o “Advisory Council” da Plataforma Tecnológica “Smart Grids” da Comissão Europeia, de que fazia parte o Director Geral da ELECPOR. O “Advisory Council” elaborou e divulgou três documentos de análise e orientação sobre as “Smart Grids”, além da actividade genérica de aconselhamento da Direcção Geral de Investigação da Comissão Europeia. Todos os documentos foram oportunamente divulgados entre os Associados da ELECPOR.

#### **4.3 Comité Técnico de Seguimento da Operação do Sistema Eléctrico Ibérico**

No âmbito do MIBEL continuou a actividade do Comité Técnico de Seguimento da Operação do Sistema Eléctrico Ibérico (CTSOSEI) que tem por missão analisar os principais factos relativos à operação dos dois sistemas eléctricos, ao comportamento do mercado e suas perspectivas a curto prazo, bem como os factos relevantes ligados à operação dos sistemas gasistas. O Comité reúne de 2 em 2 meses, alternadamente em Lisboa e Madrid, com larga participação de representantes de produtores, comercializadores, reguladores, grandes consumidores e das duas Associações, ELECPOR e UNESA. Em representação da ELECPOR o Director Geral participou em várias reuniões.

#### **4.4 Fórum Iberoamericano de Energia e Desenvolvimento Sustentável (FIDES)**

A ELECPOR aderiu ao Fórum Iberoamericano de Energia e Desenvolvimento Sustentável (FIDES), após ser contactada nesse sentido, tendo indicado os nomes do Presidente do Conselho Directivo e do Director Geral, respectivamente para representantes efectivo e substituto

#### **4.5 Estatísticas do Sector Eléctrico**

Por dificuldades de apoio o projecto não teve evolução significativa em 2010.

### **5. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS**

Foi adquirido um novo computador portátil, para serviço do Director Geral, por crescentes limitações do existente (lentidão e desactualização).

### **6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Transferiu-se da Oni para a ZON o fornecimento de serviços de internet, obtendo-se uma redução de custos e maior velocidade de acesso. Mantiveram-se os outros prestadores de serviços: contabilidade e Técnico Oficial de Contas assegurados pela empresa Gestante e apoio informático (hardware e software), manutenção e actualização da página internet a cargo da empresa Engenhus.

## **7. DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO**

Continuou a disponibilizar-se no website a informação mais relevante relativa a legislação, regulamentos, documentos do EURELECTRIC e eventos. Em casos justificados, os documentos do EURELECTRIC foram directamente reencaminhados para os membros do Conselho Directivo.

## **8. RECURSOS HUMANOS**

Não há alterações a registar, em 2010, ao pessoal permanente da Associação

## **9. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

No Anexo I apresentam-se o Balanço e a Demonstração dos Resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

Da Demonstração de Resultados verifica-se que:

Proveitos e Ganhos	301.222,02 €
Custos e Perdas	317.457,33 €
Resultados Líquidos	-16.235,31 €

Os proveitos são essencialmente as quotas dos Associados (300.000 €). Os custos do exercício, líquidos de amortizações, foram superiores em cerca de 3.000 € aos orçamentados. As quotizações foram estabelecidas aceitando antecipadamente que o exercício apresentaria um resultado negativo, compensado, no entanto, pelo valor positivo esperado para os resultados transitados de 2009, ano em que não coube à ELECPOR a organização do encontro ELECPOR-UNESA.

O valor de 40.000 € orçamentado para o Encontro ELECPOR-UNESA foi ultrapassado em quase 11.000 €, cifrando-se os encargos totais em perto de 50.800 €. A diferença, oportuna e previamente aprovada pelo Conselho Directivo, resultou essencialmente de uma participação estrangeira mais alargada, com os custos inerentes de deslocação e alojamento, e de uma actuação diferente em termos de design, imagem, comunicação, publicidade e logística.

O Conselho Directivo propõe que o resultado apurado transite para o ano seguinte sob a forma de resultados transitados.

## **10. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS**

Na sequência da passagem à reforma do Dr. Manuel Coelho da Silva, e por proposta do Conselho de Administração da REN, foi nomeado o Dr. Pedro Cabral Nunes para Presidente do Conselho Fiscal.

No final de 2010 verificou-se uma recomposição do Conselho Directivo em resultado da substituição do vogal da REN, Eng. Victor Baptista, pelo Eng. Jorge Borrego, Director Geral da REN.

## **11. NOTA FINAL**

A finalizar o Relatório, o Conselho Directivo deseja expressar o seu reconhecimento a todos os Associados que, em maior ou menor grau consoante os respectivos recursos e os temas em causa, disponibilizaram os seus técnicos para apoio e colaboração directa às iniciativas da Associação.

Lisboa, 27 de Março de 2011

### **O Conselho Directivo**

#### **CONSELHO DIRECTIVO**

**Presidente:**

EDP Energias de Portugal, S.A.  
João Manso Neto

**Vice-Presidente:**

Tejo Energia, S.A.  
Paulo Almirante

**Vogais:**

EDA – Electricidade dos Açores  
Roberto Amaral

EDA – Electricidade dos Açores  
Francisco Botelho

REN – Rede Eléctrica Nacional  
Aníbal Santos

REN – Rede Eléctrica Nacional  
Jorge Borrego

EEM – Electricidade da Madeira, S.A.  
Rui Rebelo

EDP Energias de Portugal, S.A.  
João Torres